

## ANEXO VI

## MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº  
...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O  
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO E A  
EMPRESA

.....

O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, com sede na Avenida Alberto Braune, 225 - Centro, na cidade de Nova Friburgo / RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.606.630/0001-23, neste ato representado(a) pelo(a) Exmo. Senhor Prefeito Municipal JOHNNY MAYCON CORDEIRO RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 33.769/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços nº 075/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Contratação de empresas especializadas para os serviços de Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos, Suporte de Atendimento Médico em eventos, Apoio a Segurança Não Armada para eventos e Locação de Banheiro Químico para eventos. Os serviços descritos são necessários atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	Nº DO REGISTRO	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QTDE.	PREÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL




## 2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de ..... (mês) meses , com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Programa de Trabalho:	Elemento de Despesa:	Fonte de Recurso:
17.001.23.695.0034.2.094	3.3.90.39-55	01
	3.3.90.39-45	
	3.3.90.39-57	
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55	00
	3.3.90.39-45	
	3.3.90.39-57	
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55	01
	3.3.90.39-45	
	3.3.90.39-57	
17.001.23.695.0037.1.064	3.3.90.39-55	01
	3.3.90.39-45	
	3.3.90.39-57	
17.001.23.695.0037.1.099	3.3.90.39-55	00
	3.3.90.39-45	
	3.3.90.39-57	
17.001.23.695.0039.2.105	3.3.90.39-55	01



	3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	
18.001.1339200412.112	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	01
18.001.1339200412.112	3.3.90.39-55 3.3.90.39-45 3.3.90.39-57	00

4.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

5.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

5.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

5.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

5.4 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## 6 CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, quando necessário o reequilíbrio econômico financeiro, conforme art. 65, II, d, da Lei 8.666/93.

## 7 CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

**8 CLÁUSULA OITAVA – DO SERVIÇO, DA JUSTIFICATIVA**

8.1 As empresas contratadas deverão prestar os serviços de:

- Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio para eventos
- Suporte de Atendimento Médico em eventos
- Apoio a Segurança Não Armada para eventos
- Locação de Banheiro Químico para eventos

8.2 Os serviços acima são necessários para atender as eventuais necessidades dos eventos públicos promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e pela Secretaria Municipal de Cultura, pelo período de 12 (doze) meses. A contratação dos serviços acima, será realizada em lotes, respeitando as características comuns de cada item e seus respectivos serviços inerentes. Sendo assim, a presente licitação apresentará os seguintes lotes:

8.2.1 Lote 01: Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio, vide Apêndice A;

8.2.2 Lote 02: Suporte de Atendimento Médico, vide Apêndice B;

8.2.3 Lote 03: Apoio a segurança não armada, vide Apêndice C;

8.2.4 Lote 04: Banheiros químicos, vide Apêndice D.

8.3 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens/etapas a serem cumpridas, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	01	<b>Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio (Apêndice A) – (por profissional)</b>	Diária	614
02	02	<b>Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE</b> Recursos mínimos: <ul style="list-style-type: none"><li>• 01 (um) posto médico com 02 (duas) macas;</li><li>• 01 (um) médico;</li><li>• 01 (um) enfermeiro</li><li>• 01 (um) técnico de enfermagem;</li><li>• 01 (uma) ambulância tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) guarnecida e equipada de forma independente do posto médico.</li><li>• 06 (seis) maqueiros;</li><li>• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do <b>CART e FARE</b> dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público.</li></ul>	Diária	62



	03	<p><b>Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 5.000 a 9.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE</b></p> <p>Recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 04 (quatro) macas distribuídas em 02 (dois) postos médicos.;</li> <li>• 01 (um) médico para cada posto;</li> <li>• 01 (um) técnico de enfermagem para casa 02 (duas) macas ou fração;</li> <li>• 02 (duas) ambulâncias guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico – 1 (uma) de tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) e outra do tipo B (Ambulância de Suporte Básico)</li> <li>• 10 (dez) maqueiros;</li> <li>• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do <b>CART e FARE</b> dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público.</li> </ul>	Diária	26
	04	<p><b>Suporte de Atendimento Médico (Apêndice B) para eventos com público estimado entre 10.000 a 15.000 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE</b></p> <p>Recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 06 (seis) macas distribuídas em 03 (três) postos médicos;</li> <li>• 01 (um) médico para cada posto;</li> <li>• 01 (um) técnico de enfermagem para casa 03 (três) macas ou fração;</li> <li>• 03 (três) ambulâncias guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico – 1 (uma) de tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) e 02 (duas) do tipo B (Ambulância de Suporte Básico)</li> <li>• 16 (dezesseis) maqueiros.</li> <li>• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do <b>CART e FARE</b> dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público.</li> </ul>	Diária	10
03	05	<b>Apoio a segurança não armada (Apêndice C) - Profissional</b>	Diária	1548
04	06	<p><b>Banheiros químicos Standards (Apêndice D)</b></p> <p>Banheiro químico individual portátil, modelo básico, com caixa de dejetos, assento, mictório, piso antiderrapante, pontos de ventilação, dispositivo de trinco com trava interna, suporte para papel higiênico e com boa aparência interna e externamente. Com 15 rolos de papel por dia. Conforme Termo de Referência.</p>	Diária	1611
	07	<p><b>Banheiros químicos PcD - Pessoa com Deficiência (Apêndice D)</b></p> <p>Banheiro químico portátil para pessoas com deficiência, com caixa de dejetos, assento, piso antiderrapante, pontos de ventilação, dispositivo de trinco com trava interna, suporte para papel higiênico,</p>	Diária	158

	com fácil acesso de cadeirantes e com boa aparência interna e externamente. Com 15 rolos de papel por dia. Conforme Termo de Referência.		
--	--	--	--

8.4 As justificativas específicas de cada lote estão descritas nos respectivos Apêndices.

8.4.1 Lote 01 Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio, vide Apêndice A;

8.4.2 Lote 02 Suporte de Atendimento Médico, vide Apêndice B;

8.4.3 Lote 03 Apoio a segurança não armada, vide Apêndice C;

8.4.4 Lote 04 Banheiros químicos, vide Apêndice D.

## 9 CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

9.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

9.2.1 Da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Michelle Mendes Cordeiro Salarini	062.645	Gestor titular
Ozório Junior Tardin da Silva	100.022	Gestor substituto
Juliano Combat Teixeira da Mota	115.246	Fiscal titular
Rafael Pereira Barbosa	062.644	Fiscal substituto

9.2.2 Da Secretaria Municipal de Cultura

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
João Vitor Guerra Toledo Tamez	062797	Gestor titular
Cristina Paula de Lima Cardoso	100586	Gestor substituto
Nilberto Oliveira Herdy	062110	Fiscal titular
Carolina Beurmann de Silveira	062149	Fiscal substituto

9.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

9.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

9.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que

resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10 CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

### 10.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE,

10.1.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.2 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;

10.1.3 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

10.1.4 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

10.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.1.6 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.7 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.1.8 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

10.1.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.11 Os prazos de execução dos serviços serão determinados pela Secretaria solicitante mediante solicitação dos serviços ou nota de empenho.

10.12 Manter todas as condições de habilitação durante a execução do contrato, tal como exige o art. 54, XIII, da Lei 8.666/1993.

### 10.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.3 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, as obrigações das contratas para cada lote estão descritas nos seus respectivos Apêndices em anexo, considerando a correlação entre a documentação.

- Lote 01 Bombeiro Civil – Brigada de Incêndio, vide Apêndice A;
- Lote 02 Suporte de Atendimento Médico, vide Apêndice B;
- Lote 03 Apoio a segurança não armada, vide Apêndice C;
- Lote 04 Banheiros químicos, vide Apêndice D.



## 11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:
- 11.2 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 11.3 Apresentar documentação falsa;
- 11.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 11.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.6 Não manter a proposta;
- 11.7 Cometer fraude fiscal;
- 11.8 Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.9 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 11.10 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.
- 11.11 Advertência;
- 11.12 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;
- 11.13 Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)
- 11.14 Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 11.15 Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;
- 11.16 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.17 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;
- 11.18 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;



11.19 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.20 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## **12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO**

12.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

12.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

12.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística;

12.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

12.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## **13 CLÁUSULA DÉCIMA TERÇA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.**

14.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos. Além das disposições contidas no Edital e seus demais anexos que ora instruem a pretendida contratação.



## 15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1 É eleito o Foro da comarca de Nova Friburgo/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..... de..... de 20.....

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: